

CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA SOBRE O ALEITAMENTO MATERNO NOS ANOS 1990 A 2014

SCIENTIFIC CONTRIBUTION ON BREASTFEEDING FROM 1990 TO 2014

Juliana Marques Rodrigues

Enfermeira (Centro Universitário Cesumar), Especialista em Obstetrícia (Centro Universitário Uninter),
Enfermeira e Membro do Comitê de Aleitamento Materno da Maternidade Mater Dei.

Patricia Julimeire Cunha Fagundes de Lima

Enfermeira (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), Especialista em UTI Pediátrica e Neonatal (PUC-PR), Especialista em Controle de Infecção (PUC-PR), Mestre em Enfermagem (Universidade Federal do Paraná), docente no Centro Universitário Uninter.

RESUMO

Este estudo de caráter quantitativo, objetivou identificar a quantidade de publicações existentes com o descritor aleitamento materno entre os anos 1990 a 2014, de acordo com estes resultados proporcionar discussão e reflexão e analisar quais as categorias profissionais publicaram pesquisas com este tema. Foram encontrados 479 artigos, nos anos 1994 a 1998 foram publicados 17 artigos, em 1999 a 2002: 44 artigos, 2003 a 2006: 122 artigos, 2007 a 2010: 158 artigos e 2011 a 2014: 138 artigos. Não foram encontrados artigos publicados entre 1990 e 1993. Estes artigos foram publicados em 53 Revistas Científicas com referência ao tema. O maior número de artigos publicados encontrados foi em Revistas Científicas de Pediatria, sendo elas o Jornal de Pediatria do Rio de Janeiro com 89 artigos e a Revista Paulista de Pediatria com 34 artigos. Pode-se destacar também as Revistas de Saúde Pública e de Enfermagem somando 256 artigos publicados, as Revistas de Nutrição com 34 artigos, as Revistas de Fonoaudiologia com 11 artigos e apenas 2 artigos publicados na Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia. Através dos resultados desta pesquisa conclui-se que é necessário que as instituições de ensino incentivem o estudo sobre o aleitamento materno nas diversas áreas de atuação e que os profissionais se conscientizem da importância da sua prática, pois através disso pode-se identificar as principais dificuldades no manejo e quais as estratégias de incentivo e enfrentamento que devem ser utilizadas e assim produzir conhecimento científico para melhorar a qualidade na assistência.

Palavras-chave: Aleitamento Materno. Revista Científica. Conhecimento Científico.

ABSTRACT

The following quantitative study aimed to identify the amount of existing publications containing the concept of breastfeeding from 1990 to 2014. After finding such publications it proposed a discussion, a reflection, and an analysis on which professionals have published research on such theme. There were 479 items found. From 1994 to 1998 there were 17 articles published. From 1999 to 2002 there were 44 articles published. From 2003 to 2006 there were 122 articles published. From 2007 to 2010 there were 158 articles published and from 2011 to 2014 there were 138 articles published. There were no articles published from 1990 to 1993. Such articles were published in 53 different Scientific Journals. Most articles were in Journals of Pediatrics, such as the Rio de Janeiro Pediatrics Journal with 89 articles and the São Paulo Pediatrics Journal with 34 articles. There were also the Journals of Public Health and Nursing with 256 articles, the Journals of Nutrition with 34 articles, the Journals of Speech Therapy with 11 items and only 2 articles published in the Brazilian Journal of Gynecology and Obstetrics. Through the results it is concluded that it is

necessary that educational institutions encourage the study of breastfeeding in different professional areas and that such professionals be aware of the importance of such practice. Such action can identify the main difficulties regarding breastfeeding as well as stimulate strategies to tackle the lack of scientific knowledge, which will lead to a better assistance care.

Keywords: Breastfeeding. Scientific Journal. Scientific Knowledge.

INTRODUÇÃO

Entre as décadas de 1930 e 1940, quando a indústria se torna o fator determinante para a economia e durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreram a massificação do trabalho feminino e os movimentos feministas. A mulher entra no mercado de trabalho e deixa o núcleo familiar, onde exercia seu papel de esposa e mãe.

Nesta perspectiva houve uma indiferença e ignorância dos profissionais da saúde com relação a este momento da mulher que trabalha e que se torna mãe, conseqüentemente a publicidade agressiva de alimentos substitutos do leite materno diminuíram a incidência e a prevalência do aleitamento materno (UNICEF, 2008).

As mudanças mais radicais na alimentação infantil ocorreram entre 1850 e 1970, época em que o leite materno foi gradativamente sendo substituído por leites de outras espécies, cada vez mais modificados na tentativa de se tornarem semelhantes ao leite humano (GIUGLIANI; LAMOUNIER, 2004).

As mulheres com maior escolaridade foram as que mais precocemente deixaram de amamentar os seus filhos, situação esta que foi repetida pelas mulheres com menor escolaridade. Este fenômeno se alastrou pelos países em desenvolvimento, tendo com consequência o aumento da mortalidade infantil (UNICEF, 2008).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) acredita que as mudanças observadas nos padrões do aleitamento materno fazem parte do desenvolvimento da sociedade, em comunidades tradicionais, onde praticamente todas as mulheres amamentam. Porém, as mulheres com maior grau de escolaridade passam a preferir as facilidades da mamadeira sendo esta uma atitude que se difunde gradualmente entre as mulheres de outros estratos sociais, atingindo por último as mais pobres e as residentes em áreas rurais (GIULIANI, 1994).

A partir de 197 a OMS recomendou que a duração do aleitamento materno exclusivo fosse de quatro a seis meses, posteriormente em 2001 a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a recomendação de amamentação exclusiva por seis meses. As vantagens do aleitamento materno na redução da morbimortalidade por doenças infecciosas têm sido amplamente demonstradas e há evidências de que a complementação do leite materno com água ou chás, nos primeiros seis meses de vida, é desnecessária do ponto de vista biológico, mesmo em dias quentes e secos (FALEIROS *et al*, 2005).

A OMS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) recomendam continuar com o aleitamento até os dois anos de idade, pois esta prática é de fundamental importância para a sobrevivência, crescimento, desenvolvimento, saúde e nutrição (SILVA; SOUZA, 2005).

No início dos anos 80 o Ministério da Saúde criou o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno que tinha como objetivo trazer informações para os profissionais e para o público em geral, a adoção de leis para proteção da mulher no trabalho no período de amamentação e o combate à livre propaganda de leites artificiais para bebês. Então, em meados da década de 90, iniciou-se o resgate mundial dessa prática no intuito de promover uma melhoria da qualidade de vida, principalmente nos países em desenvolvimento (ALMEIDA *et al*, 2004).

O Ministério da saúde lançou vários programas para incentivar a prática de aleitamento materno, um deles foi a implementação da Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) nas unidades de saúde, desenvolvida no Brasil em março de 1992, com apoio da UNICEF, da OMS e da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS). Esta iniciativa representa um esforço a mais para a promoção, incentivo e apoio ao aleitamento materno (ALMEIDA *et al*, 2004).

A Iniciativa Hospital Amigo da Criança foi idealizada em um encontro que aconteceu em Florença na Itália. Neste encontro um conjunto de metas chamado “Declaração de Innocenti” foram adotados pelos participantes, resgatando o direito da mulher de aprender e praticar a amamentação com sucesso.

Essa iniciativa tem como finalidade apoiar, proteger e promover o aleitamento materno que consiste na mobilização de profissionais de saúde e funcionários de hospitais e maternidades para mudanças em rotinas e condutas visando prevenir o desmame precoce. Ao conjunto de medidas para atingir as metas contidas na “Declaração

de *Innocenti*” denominou-se “*Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno*”, visando informar às gestantes os benefícios da amamentação e o manejo correto do aleitamento materno (LAMOUNIER, 1998).

Além destas iniciativas, um dos principais programas de Saúde criado pelo Ministério da Saúde em 1994, o Programa Saúde da Família (PSF), prioriza ações de proteção e promoção à saúde na comunidade, destacando a assistência materno-infantil que envolve a promoção, incentivo e manejo do aleitamento materno realizada pelos profissionais de saúde. Isto representa melhores oportunidades para a divulgação do aleitamento e intensificação da prática (BRECAILO et al., 2010).

O aleitamento materno é a mais sábia estratégia natural de vínculo, afeto, proteção e nutrição para a criança e constitui a mais sensível, econômica e eficaz intervenção para a redução da mortalidade infantil (BRASIL, 2009).

No Brasil existe uma legislação que protege o aleitamento materno, garantindo a toda mulher licença gestante em um período de 120 dias, direito a licença para a hora da amamentação, direito a proteção da maternidade, creches e berçários no local de trabalho, alojamento conjunto nas Maternidades vinculadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) e uma norma contra a propaganda indiscriminada de bicos, chupetas e mamadeiras (BRASIL, 2009).

Já está devidamente comprovada por estudos a superioridade do leite materno sobre o leite de outras espécies. Este leite evita a morte infantil, a diarreia, a infecção respiratória, diminui o risco de alergia, diminui o risco de doenças cardíacas, diabetes e obesidade, é fator de proteção contra o câncer de mama, entre outros fatores. Na perspectiva econômica ele evita gastos financeiros (BRASIL, 2009).

Há muito tempo o aleitamento materno deixou de ser visto como um ato fisiológico, pois na nossa sociedade as mulheres o fazem por necessidade ou tradição. Elas optam pela amamentação, porém as crianças não podem optar e elas tem o direito de sobreviver, por isso nós profissionais temos o papel de advogado na questão da amamentação, ajudando a lutar por esse direito (GIULIANI, 2004).

O desmame precoce pode ocorrer nas situações de despreparo da mãe e de falta de informações recebidas tanto na maternidade quanto na atenção básica. Sendo assim

algumas mães que retornam ao trabalho começam a introduzir alimentos complementares sem orientação profissional.

Alguns resultados de pesquisas indicam que a introdução dos alimentos complementares que podem induzir ao desmame pode estar associada a múltiplos fatores, como a atuação dos serviços de saúde, a escolaridade materna, a classe socioeconômica, o retorno precoce das nutrizes ao trabalho, o uso da chupeta, a ausência do pai, a gravidez precoce, as cesarianas eletivas, a separação precoce de mãe-bebê após o parto, a introdução de outros leites, o baixo peso ao nascer e as crenças culturais (BRECAILO et al., 2010).

Apesar dos avanços nas taxas de aleitamento materno observados na última década, a situação do aleitamento materno no Brasil ainda está longe da preconizada pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 1994).

Analisando o contexto da importância do tema nas décadas de 70, 80 e 90 foram criadas inúmeras estratégias para promover o aleitamento materno que deveriam ter sido exploradas pela comunidade científica como por exemplo o Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno na década de 80 e o sistema Alojamento Conjunto na década de 90 (GUINSBURG, 2009).

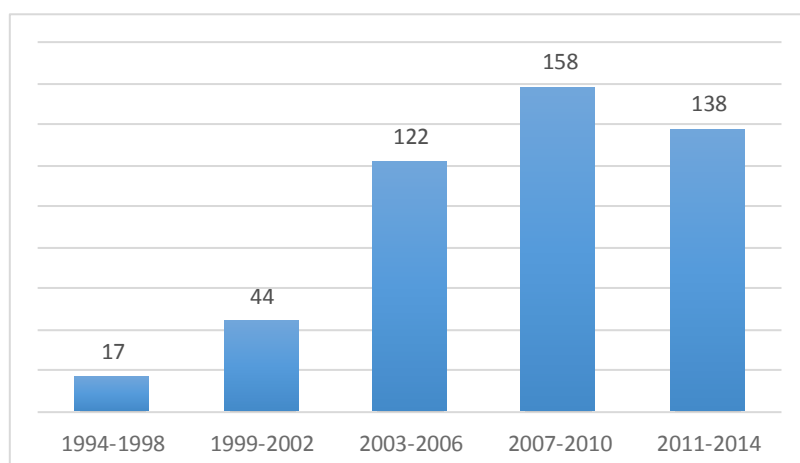
Desenvolvimento

Foi realizado uma pesquisa quantitativa em maio de 2014, por meio de levantamento de dados na Biblioteca Eletrônica Científica Scielo. As fontes bibliográficas utilizadas foram artigos publicados com o descritor aleitamento materno, abrangendo o período de 1990 a 2014. O instrumento utilizado para a pesquisa foi a ferramenta de busca do site e os filtros de pesquisa. Os resultados foram distribuídos em gráficos de acordo com a data de publicação e de categorias profissionais de acordo com as Revistas Científicas. Os critérios de exclusão foram textos em outro idioma que não seja o português e textos que não tenham sido publicados nos anos pré-estabelecidos.

Foram encontrados 479 artigos com o descritor aleitamento materno na base de dados da Scielo utilizando o método de pesquisa integrada no Brasil, e utilizando o filtro de data e de idioma.

Nos anos 1994 a 1998 foram publicados 17 artigos, em 1999 a 2002: 44 artigos, 2003 a 2006: 122 artigos, 2007 a 2010: 158 artigos e 2011 a 2014: 138 artigos. Não foram encontrados artigos publicados entre 1990 a 1993 (figura 1).

Figura 1: Artigos do Scielo com o descritor Aleitamento Materno

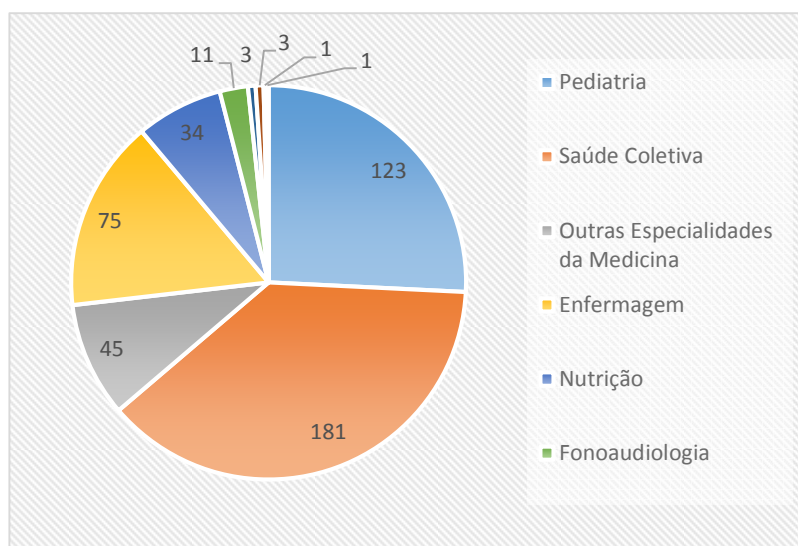


Fonte: Rodrigues e Lima (2014).

Podemos observar no gráfico (figura 1) um grande crescimento na pesquisa científica desde os anos 1994 até 2010 e uma queda nos anos de 2011 até 2014, sendo que em 2014 até o mês de maio onde foi realizado este estudo só foram publicados 6 artigos.

Dentro do filtro de pesquisa foram encontradas 53 Revistas Científicas onde foram publicados estes artigos. As Revistas Científicas foram distribuídas em categorias profissionais e especialidades, sendo elas: Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Enfermagem, Nutrição, Fonoaudiologia, Psicologia, Fisioterapia, Odontologia, Medicina Veterinária e Zootecnia, Saúde Coletiva e Outras Especialidades Médicas (figura 2).

Figura 2: Categorias Profissionais de acordo com as Revistas Científicas



Fonte: Rodrigues e Lima (2014).

O maior número de artigos publicados encontrados foi em Revistas Científicas de Pediatria, sendo elas o Jornal de Pediatria do Rio de Janeiro com 89 artigos e a Revista Paulista de Pediatria com 34 artigos.

Pode-se destacar também as Revistas de Saúde Pública e de Enfermagem somando 256 artigos publicados, as Revistas de Nutrição com 34 artigos, as Revistas de Fonoaudiologia com 11 artigos e apenas 2 artigos publicados na Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia.

CONCLUSÃO

Este estudo justifica-se, pois, o aleitamento materno é imprescindível para a melhoria da qualidade de vida tanto da mãe quanto do bebê. Dentre as inúmeras vantagens já comprovadas cientificamente, o leite materno é de baixo custo financeiro, protege a mulher contra o câncer de mama e de ovário, auxilia na involução uterina, retarda a volta da fertilidade da mulher, além de melhorar o papel de mãe exercido pela mulher, aumentando o vínculo afetivo com o bebê.

Diante de todas as vantagens e de todos os incentivos criados para fortalecer o aleitamento materno: Unidade Básica Amiga da Amamentação, Método Canguru, Banco de Leite Humano, Hospital Amigo da Criança, Norma Brasileira de Comercialização de

Bicos Artificiais, os índices de Aleitamento Materno ainda não são satisfatórios e faltam pesquisas científicas acerca do tema.

Em um estudo realizado na Revista Paulistana de Pediatria em março de 2009, foram analisados dissertações e teses produzidas no período de 1971 a 2006 pelos programas de pós-graduação em saúde da criança e do adolescente e somente 5% das obras encontradas utilizaram o aleitamento materno como objeto de construção.

O Pré-natal é realizado pelo Médico Obstetra ou Enfermeira e conta com o auxílio da equipe multidisciplinar (Psicólogo, Nutricionista, Fonoaudiólogo, Fisioterapeuta e Cirurgião Dentista, entre outros). Na consulta de pré-natal, nos cursos de gestante e na consulta de puerpério devem ser abordados diversos assuntos para a saúde materna e infantil, dentre eles o aleitamento materno. Esta pesquisa pode concluir que faltam pesquisas sobre a prática do aleitamento, prática esta que deveria ser enfatizada dada a importância do tema.

No pré-natal o profissional tem a oportunidade e tem mais tempo para introduzir os conceitos do aleitamento materno e suas vantagens, pois quando isso não ocorre a puérpera apresenta dificuldade no puerpério e opta pelo uso de fórmula infantil e bicos artificiais. Isso pode acontecer devido à falta de apoio e de orientação e por vezes falta de tempo dos profissionais, visto que o tempo de internamento na Maternidade durante o pós-parto imediato é curto e que muitas vezes o número de colaboradores da Enfermagem é reduzido.

Deve-se refletir também que a Enfermagem que atua no pré-natal, pré-parto, pós-parto e puerpério, na Unidade Básica de Saúde e no Hospital Maternidade tem a possibilidade de vivenciar diversas situações, dentre elas os fatores associados ao aleitamento. Por isso há a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, visando principalmente a orientação no pré-natal.

Não basta a mulher estar informada das vantagens do aleitamento materno e optar por esta prática pois para levar adiante sua opção, ela precisa estar inserida em um ambiente favorável à amamentação e contar com o apoio de um profissional habilitado a ajudá-la. Nem sempre o profissional de saúde tem conhecimentos e habilidades suficientes para manejar adequadamente as inúmeras situações que podem servir de obstáculo à uma amamentação bem-sucedida (GIUGLIANI e LAMOUNIER, 2004).

Campanhas que visam informar as mães sobre os benefícios do aleitamento devem ser fomentadas, por isso é necessário capacitar profissionais de saúde para que atuem como incentivadores de tal prática e para que estejam aptos a oferecer suporte às mães que amamentam ou que se preparam para tal. Esses profissionais devem utilizar o pré-natal, a maternidade e o banco de leite como período e local de promoção do aleitamento materno, priorizando especialmente às mães primíparas, adolescentes e com escolaridade menor que segundo grau (FRANÇA *et al*, 2007).

Existem provas de que as mães orientadas da maneira correta nos serviços de saúde pública e nos hospitais amamentam melhor e durante mais tempo. Embora seja um ato natural, o aleitamento materno nem sempre é fácil de ser praticado hoje em dia. Os profissionais precisam oferecer apoio emocional e informações corretas para as puérperas obterem sucesso na amamentação (BRASIL, 2007).

Para assegurar que todas as expectativas maternas e necessidades do recém-nascido em relação ao aleitamento sejam atendidas, é necessário que toda a equipe multiprofissional atue junto às puérperas e aos familiares, informando as estratégias e vantagens de se iniciar e dar continuidade ao processo de aleitamento (ALMEIDA, 2004).

Através dos resultados desta pesquisa conclui-se que é necessário que as instituições de ensino incentivem o estudo do aleitamento materno nas diversas áreas de atuação e que os profissionais se conscientizem da importância da sua prática, pois através disso pode-se identificar as principais dificuldades no manejo e quais as estratégias de incentivo e enfrentamento devem ser utilizadas e assim produzir conhecimento científico para melhorar a qualidade na assistência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.A.M. *et al*. Aleitamento materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. v. 6, n. 3, p. 358-367, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica. **Saúde da Criança: Nutrição Infantil. Aleitamento Materno e Nutrição Complementar**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. *Promovendo o Aleitamento Materno*. 2. ed. revisada Brasília, 2007.

BRECAILO, Marcela Komechen. Fatores associados ao aleitamento materno exclusivo em Guarapuava, paraná. **Revista de Nutrição**, v. 21, n. 2, p. 482-489, 2005.

FALEIROS, J.J. KALIL, G.; CASARIN, D.P.; LAQUE JR., P.A.; SANTOS, I.S. Avaliação do impacto de um programa de puericultura na promoção da amamentação exclusiva. **Caderno de Saúde Pública**, v. 21, n. 2, p. 482-489, 2005.

FRANÇA, G.V.A.; Brunken, G.S.; Silva, S.M. ; Maria Mercedes Escuder, M.M.; Venancio, S.I. Determinantes da amamentação no primeiro ano de vida em Cuiabá, Mato Grosso. **Revista de Saúde Pública**, v. 41, n. 5, 2007.

GIUGLIANI, E.R.J. Amamentação: como e por que promover. **Jornal de Pediatria**. v. 70, n. 3, 1994.

GIUGLIANI, Elsa R. J; LAMOUNIER, Joel A. Aleitamento materno: uma contribuição científica para a prática do profissional de saúde. *Jornal de Pediatria*. v. 80, n. 5, 2004.

GUINSBURG, R. Faltam estudos sobre aleitamento materno nas universidades brasileiras. **Revista Paulista de Pediatria**, v. 27, n. 2, junho, 2009.

LAMOUNIER, Joel A. Experiência iniciativa hospital amigo da criança. **Revista da Associação Médica Brasileira**. v. 44, n. 4, p. 319-324, 1998.

SILVA, Amauri Pinto da; SOUZA, Nelson de. Prevalência do Aleitamento Materno. **Revista de Nutrição**, v. 18, n. 3, p. 301-310, 2005.

UNICEF. Comitê Português para a UNICEF. Comissão Nacional. **Manual de Aleitamento Materno**. Edição Revista. Lisboa, 2008.

WHO, World Health Organization. **World Health Assembly**. Geneva, 1994.